



PPGCCA
Programa de
Pós-graduação
em Ciências Contábeis
e Administração

ISSN: 1983-6635



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

EFEITO DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA RELAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E A CAPACIDADE FINANCEIRA DE COOPERADOS DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

EFFECT OF FINANCIAL EDUCATION PRACTICES ON THE RELATIONSHIP BETWEEN FINANCIAL LITERACY AND THE FINANCIAL CAPABILITY OF MEMBERS OF A CREDIT COOPERATIVE

RENATA PESENTE

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Mestre em Ciências Contábeis e Administração
ORCID: 0009-0007-8813-5004
E-mail: repesente@unochapeco.edu.br

CRISTIAN BAÚ DAL MAGRO

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Doutor em Ciências Contábeis e Administração
ORCID: 0000-0002-7609-5806
E-mail: crisbau@unochapeco.edu.br

MAURÍCIO LEITE

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Doutor em Ciências Contábeis e Administração
ORCID: 0000-0001-7764-3969
E-mail: mauricio.leite@unochapeco.edu.br

Editor responsável: Alini da Silva

Submissão: 10/02/2025. Revisão: 29/07/2025. Aceite: 08/01/2026. Publicação: 03/05/2026.

Como citar: Pesente, R. L., Dal Magro, C. B., & Leite, M. (2026). Efeito das práticas de educação financeira na relação entre alfabetização financeira e a capacidade financeira de cooperados de uma cooperativa de crédito. *RGO - Revista Gestão Organizacional*, 19(1), 32-56. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v19i1.8356>.

RESUMO

Objetivo: Esta pesquisa busca analisar o efeito mediador das práticas de educação financeira na relação entre alfabetização financeira e a capacidade financeira de cooperados de uma cooperativa de crédito.

Método/abordagem: É realizada uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, por meio de *survey*, operacionalizada junto à 453 cooperados de uma cooperativa de crédito com sede no Sul do Brasil. Para o tratamento dos dados aplicou-se Modelagem de Equações Estruturais (MEE) com uso do *software* Smart PLS®.

Principais Resultados: Os resultados evidenciam uma relação positiva entre a alfabetização financeira e a capacidade financeira, indicando que indivíduos com maior domínio de conceitos financeiros tendem a tomar decisões mais conscientes e eficazes em relação às suas

finanças pessoais. Além disso, os cooperados percebem que as práticas de educação financeira estão diretamente associadas às suas capacidades financeiras, reforçando a importância de estratégias educativas dentro do ambiente cooperativo. Estes achados reforçam a concepção de que o maior nível de alfabetização financeira promove a adoção de práticas de educação financeira, como planejamento, controle de gastos e uso responsável do crédito.

Contribuições teóricas/práticas/sociais: O estudo avança na compreensão dos mecanismos que conectam o conhecimento financeiro ao comportamento efetivo. Na prática, os achados reforçam o papel das cooperativas de crédito como agentes educativos, capazes de transformar conhecimento em ação. Por fim, se fortalecem as políticas públicas e iniciativas institucionais de educação financeira junto a sociedade.

Originalidade/relevância: O estudo é original ao investigar o efeito mediador das práticas de educação financeira na capacidade financeira de cooperados de crédito, preenchendo uma lacuna na literatura. Sua relevância oferece subsídios práticos para cooperativas e políticas públicas na promoção da autonomia e inclusão financeira.

Palavras-chave: Alfabetização Financeira. Educação Financeira. Capacidade Financeira. Cooperativa de Crédito.

ABSTRACT

Objective: This research aims to analyze the mediating effect of financial education practices on the relationship between financial literacy and the financial capability of credit union members.

Method/Approach: A descriptive study with a quantitative approach was conducted using a survey, administered to 453 members of a credit union headquartered in Southern Brazil. Structural Equation Modeling (SEM) was applied for data analysis, utilizing Smart PLS® software.

Main Results: The results indicate a positive relationship between financial literacy and financial capability, suggesting that individuals with a greater command of financial concepts tend to make more conscious and effective decisions regarding their personal finances. Furthermore, credit union members perceive that financial education practices are directly associated with their financial capabilities, reinforcing the importance of educational strategies within the cooperative environment. These findings strengthen the notion that a higher level of financial literacy promotes the adoption of financial education practices, such as planning, expenditure control, and responsible credit use.

Theoretical/Practical/Social Contributions: This study advances the understanding of the mechanisms connecting financial knowledge to effective financial behavior. Practically, the findings reinforce the role of credit unions as educational agents capable of transforming knowledge into action. Finally, it strengthens public policies and institutional initiatives for financial education within society.

Originality/Relevance: The study is original in investigating the mediating effect of financial education practices on the financial capability of credit union members, thereby filling a gap in the literature. Its relevance offers practical subsidies for cooperatives and public policies in promoting financial autonomy and inclusion.

Keywords: Financial Literacy. Financial Education. Financial Capability. Credit Cooperative.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização financeira tem se consolidado como uma competência essencial para a vida cotidiana, por envolver uma combinação de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que favorecem a tomada de decisões financeiras mais conscientes. Essa integração de fatores permite que os indivíduos avaliem riscos, planejem investimentos, tomem decisões informadas e, sobretudo, alcancem bem-estar financeiro em suas rotinas (OCDE, 2013).

Paralelamente, a educação financeira configura-se como um instrumento essencial para disseminar conhecimentos e desenvolver competências práticas, contribuindo para a promoção da estabilidade econômica e da autonomia individual. Investir em educação financeira, portanto, não se limita a uma estratégia de caráter individual, mas constitui um importante mecanismo para fortalecer a resiliência financeira da sociedade como um todo (Potrich et al., 2016; Kühl et al., 2016; Khan et al., 2022).

A ênfase nas dimensões comportamental e atitudinal da alfabetização financeira reforça a necessidade de abordagens mais pró-ativas e voltadas à prática cotidiana, indo além do mero conhecimento teórico. Assim, a alfabetização deve ser compreendida como uma habilidade dinâmica e holística, que evolui com a experiência e está diretamente relacionada à capacidade de adaptação e planejamento diante dos desafios financeiros do dia a dia (Lopes; Andrade, 2020).

Esse debate tem ganhado relevância global, especialmente após a crise do *subprime* de 2008, quando se tornou evidente que muitas decisões financeiras eram tomadas por indivíduos sem o entendimento adequado dos riscos envolvidos (Gerardi et al., 2010). Embora o tema já seja consolidado em países desenvolvidos, sua importância tem crescido também em nações em desenvolvimento como o Brasil (Potrich et al., 2016). A partir disso, reforça-se a alfabetização financeira como competência essencial, não apenas em contextos de crise, mas também no cotidiano das famílias e organizações.

A falta de compreensão dos princípios financeiros básicos pode acarretar consequências adversas não apenas para os indivíduos, mas também para a estabilidade econômica de forma ampla, destacando a urgência de iniciativas educacionais eficazes. Estudos como os de Atkinson e Messy (2012), Potrich et al. (2016), Kühl et al. (2016), Khan et al. (2022) e Oliveira (2023) têm explorado as nuances da alfabetização financeira, analisando fatores psicológicos que influenciam escolhas financeiras, a eficácia de diferentes estratégias de educação financeira e a adaptação desse conhecimento a diversas realidades socioeconômicas. Essas pesquisas aprofundam o entendimento da alfabetização financeira e contribuem para o desenvolvimento de abordagens personalizadas capazes de fortalecer a capacidade financeira dos indivíduos diante de desafios emergentes.

A escassez de compreensão sobre princípios financeiros básicos pode gerar impactos negativos tanto para os indivíduos quanto para a economia em sentido mais amplo, o que torna urgente o avanço de iniciativas educacionais eficazes e contextualizadas. Pesquisas recentes têm aprofundado esse tema, investigando desde variáveis psicológicas que afetam o comportamento financeiro até a eficácia de estratégias de ensino e a adaptação dos conteúdos a diferentes realidades socioeconômicas (Atkinson; Messy, 2012; Potrich et al., 2016; Kühl et al., 2016; Khan et al., 2022; Oliveira, 2023).

Apesar desses avanços, a literatura ainda apresenta lacunas importantes. Primeiramente, observa-se que a produção acadêmica sobre alfabetização financeira no Brasil ainda se encontra em fase emergente, com predominância de estudos descritivos ou localizados (Khan, Çera & Pinto, 2022; Oliveira, 2023). O desenvolvimento de estratégias

pedagógicas eficazes e culturalmente adequadas torna-se fundamental diante de um cenário econômico e social em constante transformação.

Em segundo lugar, evidencia-se que fatores sociodemográficos, como idade, gênero, escolaridade e renda, influenciam diretamente o nível de educação financeira dos indivíduos (Potrich et al., 2016; Kühn et al., 2016). Nessa perspectiva, surge o conceito de capacidade financeira, compreendido como a habilidade de gerenciar os próprios recursos financeiros com autonomia e consciência (Brasil, 2018). Essa capacidade, por sua vez, é fortemente condicionada tanto pelo conhecimento adquirido quanto pela habilidade de aplicá-lo na prática, por meio de decisões equilibradas, controle de gastos e planejamento pessoal.

Ainda que se reconheça a relação entre alfabetização e capacidade financeira, pouco se sabe sobre os elementos que influenciam essa conexão. Práticas educativas, fatores psicossociais e contextos culturais específicos podem atuar como elementos intervenientes, capazes de potencializar ou restringir a transformação do conhecimento em ação efetiva. Compreender essas dinâmicas é essencial para o aprimoramento das estratégias educacionais.

Diante deste contexto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: qual o efeito das práticas de educação financeira na relação entre alfabetização financeira e capacidade financeira dos cooperados? Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar o efeito mediador das práticas de educação financeira na relação entre alfabetização financeira e capacidade financeira de cooperados de uma cooperativa de crédito. Parte-se da premissa de que essas práticas, como o acompanhamento de orçamentos, participação em oficinas ou cursos, e o uso consciente de crédito, podem potencializar o impacto do conhecimento financeiro sobre a capacidade prática de gestão pessoal (Souza et al., 2023).

A escolha do ambiente cooperativista se justifica pela crescente importância das cooperativas de crédito no cenário econômico nacional. Segundo dados do Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito (SNCC), em 2020 existiam 847 cooperativas e 11,9 milhões de associados no Brasil. Essas instituições exercem papel central na promoção da inclusão financeira, oferecendo acesso a serviços com taxas mais justas, estímulo à educação financeira e fortalecimento das comunidades locais (Greatti; Sela, 2017). Seu modelo de gestão participativa reforça valores como solidariedade, cooperação e equidade.

Além disso, o marco regulatório brasileiro tem se aproximado das diretrizes internacionais ao reconhecer o papel educativo das instituições financeiras. A Resolução Conjunta nº 8/2023 do Banco Central do Brasil, válida a partir de julho de 2024, estabelece que bancos, instituições de pagamento e cooperativas devem implementar ações sistemáticas de educação financeira, com foco na prevenção do superendividamento e no fortalecimento da autonomia dos usuários.

Acredita-se que os resultados contribuirão para o avanço teórico da área e para a prática das cooperativas de crédito e dos órgãos reguladores, ao fornecer evidências empíricas sobre os efeitos positivos da educação financeira na gestão financeira pessoal dos cooperados. Por fim, o estudo reforça a urgência de políticas públicas e estratégias educacionais personalizadas, voltadas ao fortalecimento da literacia financeira em países em desenvolvimento, como propõe a OCDE (2013).

Além disso, a literatura nacional sobre educação financeira se concentra em abordagens institucionais ou em estudos mais pontuais, voltados a recortes específicos de público (Potrich et al., 2016; Kühn et al., 2016). Sendo assim, apesar dos avanços, percebe-se uma certa limitação no entendimento mais amplo dos impactos da alfabetização financeira ao longo do tempo.

Em contraste, pesquisas internacionais vêm apontando consequências mais estruturais. O estudo de Lusardi e Mitchell (2011), por exemplo, mostra que *déficits* de alfabetização financeira comprometem seriamente a capacidade das pessoas de planejar seu futuro financeiro, afetando as decisões cotidianas, mas também aquelas mais complexas que envolvem a aposentadoria, os investimentos e o uso do crédito.

Sendo assim, as evidências oferecidas nesse estudo ampliam o debate sobre os reflexos da educação financeira, ao revelar que a falta de conhecimento financeiro não é apenas um desafio pontual ou comportamental, mas sim um problema com raízes profundas, que pode limitar a autonomia financeira individual ao longo da vida, prejudicando toda sociedade pela escassez absoluta.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E A CAPACIDADE FINANCEIRA

A alfabetização financeira vem sendo cada vez mais reconhecida como uma habilidade essencial para o bem-estar econômico dos indivíduos. De modo geral, ela envolve o domínio de conceitos, atitudes e comportamentos que capacitam as pessoas a tomar decisões conscientes sobre como lidar com seus recursos. Neste contexto, Huston (2010) menciona que a alfabetização financeira deve ser compreendida como a junção entre o conhecimento financeiro e a capacidade de aplicá-lo no cotidiano, de forma prática e eficaz. Essa estrutura conceitual é baseada em conhecimento e aplicação prática. Assim, ao avaliar apenas o domínio conceitual, corre-se o risco de ignorar a dimensão comportamental, que é justamente onde a alfabetização mais se manifesta.

O conhecimento financeiro exerce um papel fundamental na formação de atitudes e práticas responsáveis de gestão das finanças pessoais. Ter domínio de noções como orçamento, investimentos, crédito e endividamento aumenta a chance de o indivíduo tomar decisões mais eficazes e se sentir mais confiante diante de imprevistos. Esse processo de apropriação de conceitos e transformação em ação fortalece a capacidade financeira.

De forma ampla, a capacidade financeira é concebida pela habilidade de gerenciar recursos financeiros de maneira autônoma, consciente e adaptada à realidade de cada pessoa. Conforme Xiao et al. (2014), a capacidade financeira está relacionada a uma série de fatores, como idade, renda, escolaridade, e até mesmo aspectos culturais e emocionais. Por exemplo, os adultos mais jovens tendem a apresentar lacunas mais acentuadas na capacidade financeira, fator que pode ser explicado pela falta de vivência ou de contato direto com decisões financeiras complexas no seu dia a dia.

Além disso, há uma discussão importante sobre a relação entre alfabetização e capacidade. A literatura aponta, de forma consistente, que há uma correlação positiva entre essas duas variáveis. Isto significa que quanto maior o nível de alfabetização financeira, maiores tendem a ser as habilidades práticas de lidar com o dinheiro no dia a dia, desde decisões simples, como acompanhar o extrato bancário; até escolhas mais estruturais, como planejamento de aposentadoria ou investimentos de longo prazo.

Kempson et al. (2006) reforçam essa abordagem ao destacar que a capacidade financeira não se resume a conhecer os conceitos, mas envolve a habilidade de tomar decisões bem-informadas sobre produtos financeiros, planejar o futuro e manter comportamentos consistentes ao longo do tempo. É uma construção dinâmica, multifacetada e sensível ao contexto social e econômico do indivíduo.

Entretanto, a simples exposição ao conteúdo não garante, por si só, mudanças de comportamento financeiro dos indivíduos. Mandell e Klein (2009) demonstram que os efeitos da alfabetização sobre a prática só se tornam visíveis quando o processo educativo é contínuo, experiencial e adaptado ao contexto do público. Robb e Sharpe (2009), por sua vez, encontraram evidências de que o conhecimento financeiro está relacionado ao uso mais responsável do crédito, confirmando que o conceito e a prática devem estar conectados.

Estudos internacionais reforçam essa preocupação. Atkinson e Messy (2012), em um levantamento feito em 14 países, evidenciaram grandes lacunas no conhecimento financeiro da população, o que reforça a importância de políticas e programas estruturados. Aqui no Brasil, pesquisas como a de Kühn et al. (2016) mostram que os princípios da OCDE e do Banco Central vêm sendo incorporados por cooperativas de crédito, ainda que haja espaço para melhorias na forma como esse conhecimento se transforma em prática entre os cooperados.

Outros estudos ajudam a compor esse cenário. Ariffin et al. (2017) identificaram que o comportamento de poupança está positivamente relacionado à socialização familiar e à influência de colegas, contudo, observaram uma correlação negativa com o autocontrole. Já Kim e Hanna (2017) destacaram que famílias com regras explícitas de poupança têm três vezes mais chances de manter esse hábito. Isso significa que estabelecer limites e diretrizes são indícios de resultados concretos no estabelecimento da capacidade financeira.

O estudo de Khan et al. (2022), conduzido na Espanha, mostrou que a capacidade financeira é positivamente influenciada por elementos como atitude financeira, conhecimento técnico e aconselhamento financeiro. Esses achados abrem espaço para pesquisas que explorem o impacto de diferentes formas de mediação educativa, inclusive por meio de cooperativas, agentes financeiros e outras instituições. No Brasil, Oliveira (2023) identificou entre profissionais do setor bancário um nível médio de conhecimento financeiro, mas com lacunas preocupantes, fator que reforça a necessidade de formação contínua, até mesmo para aqueles que já atuam diretamente na gestão de recursos financeiros.

Diante de todo esse panorama, fica evidente que a alfabetização financeira oferece uma base fundamental para decisões mais conscientes. Assim, pessoas com mais conhecimento financeiro apresentam melhor capacidade de gerenciar dívidas, controlar gastos e definir prioridades econômicas. Nesse caso, a estabilidade financeira é uma consequência direta dessa competência adquirida por meio da teoria e da prática.

A alfabetização financeira é uma competência essencial para o bem-estar econômico de longo prazo. Sua ausência está associada a decisões ineficazes, como o não planejamento da aposentadoria e o uso incorreto de produtos financeiros complexos. Assim, o domínio de conhecimentos financeiros básicos, como juros compostos, inflação e diversificação, se configura como pré-requisito para a construção da capacidade financeira (Lusardi; Mitchell, 2011). Portanto, a alfabetização financeira não é apenas um conhecimento abstrato, mas uma base comportamental que se traduz em capacidade prática de planejar, poupar e investir. Em síntese, alfabetização financeira não é só um ativo teórico, mas funciona diretamente como uma plataforma comportamental sobre a qual se desenvolve a capacidade financeira.

Dessa forma, com base na literatura e nos argumentos apresentados, tem-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Existe uma relação positiva entre a alfabetização financeira e a capacidade financeira.

Ao se aprofundar na relação entre alfabetização financeira e comportamento tem-se o dilema de que o conhecimento, por si só, não basta. Para tanto, o conhecimento precisa ser

ativado, praticado e adaptado à realidade cotidiana para gerar efeitos duradouros e resultados efetivos. Nesse contexto, argumenta-se que indivíduos mais alfabetizados tendem a buscar e incorporar práticas educativas ao seu cotidiano financeiro.

A literatura oferece suporte sólido a essa proposição. O estudo de Kim e Hanna (2017) revelou que famílias com regras explícitas de poupança apresentavam chances significativamente maiores de acumular recursos ao longo do tempo. Isso evidencia como práticas educativas contribuem para fomentar disciplina financeira e reforçam a capacidade de gestão.

Complementarmente, Lidi et al. (2017) investigaram os motivos e desafios da poupança familiar, identificando fatores que influenciam a decisão de poupar e a extensão da acumulação de recursos. Já Zeleke e Endris (2019) observaram que características como nível de escolaridade do responsável pela família, ocupação principal, conhecimento sobre taxas de juros e acesso a aconselhamento sobre poupança estavam significativamente associadas ao *status* de poupança.

Ainda no contexto brasileiro, Oliveira (2023) ressalta que a alfabetização financeira estimula a demanda por práticas educativas consistentes, sobretudo em ambientes como cooperativas de crédito e instituições bancárias. A alfabetização impulsiona o indivíduo a buscar mais conhecimento, desenvolver hábitos e se engajar em comportamentos financeiramente sustentáveis. Dessa forma, o desenvolvimento de habilidades cognitivas em finanças tende a despertar nos indivíduos um interesse maior por práticas educativas, sejam elas formais por meio de cursos, oficinas e consultorias, ou informais pela leitura de conteúdos, simulações, planejamento orçamentário doméstico, entre outros.

Esse entendimento é reforçado por Xiao e O'Neill (2016), que apontam que pessoas com mais alfabetização financeira estão mais propensas a participar ativamente de práticas educacionais formais e informais, dando continuidade ao próprio processo de aprendizado. Por outro lado, se o conhecimento não for aplicado, seus efeitos tendem a ser efêmeros. Uma metanálise conduzida por Fernandes et al. (2014), com mais de 200 estudos, revelou que o impacto isolado da alfabetização financeira sobre o comportamento é relativamente pequeno, sendo que o seu efeito só se sustenta quando o conteúdo é praticado, vivenciado, transformado em hábito.

De forma semelhante, Mandell e Klein (2009) argumentam que a exposição à alfabetização financeira leva a uma maior propensão à participação em programas educativos, ampliando as chances de o conhecimento ser internalizado e convertido em ação. Dessa forma, observa-se que a alfabetização financeira não opera de forma isolada. Ela está positivamente associada às práticas de educação financeira, sendo estas essenciais para consolidar o saber em comportamento concreto. Essa articulação entre conhecimento e prática reforça a necessidade de estratégias educativas que vão além da transmissão de conteúdo, investindo em experiências, simulações, aconselhamento e acompanhamento contínuo.

Com base nestes aspectos teóricos e empíricos, tem-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H2: Existe uma relação positiva entre a alfabetização financeira e a práticas de educação financeira.

2.2 PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A CAPACIDADE FINANCEIRA

A prática de educação financeira tem sido uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de comportamentos financeiros mais conscientes e sustentáveis. Ao

ultrapassar o caráter puramente teórico da alfabetização, essas práticas funcionam como um canal para internalizar, aplicar e reforçar o conhecimento adquirido ao longo do tempo.

Robb e Sharpe (2009) destacam que o conhecimento financeiro é um fator determinante para o uso responsável do cartão de crédito. A educação financeira, quando estruturada com práticas educativas eficazes, orienta escolhas e fortalece o senso de responsabilidade, fatores que contribuem para a formação de uma mentalidade financeira estratégica. Compreender os princípios básicos do sistema financeiro pode influenciar diretamente nas decisões sobre consumo, endividamento e poupança.

Nesse sentido, Köhl et al. (2016) propuseram quatro construtos centrais para explicar a prática da educação financeira, sendo eles o conhecimento financeiro, a redução de riscos, a prática financeira e a visibilidade externa. No entanto, os autores também observam a carência de validações empíricas mais robustas para modelos alternativos, o que reforça a necessidade de ampliar as investigações nesse campo, especialmente com diferentes perfis de público e realidades institucionais, como é o caso das cooperativas.

A relação entre educação financeira e práticas de poupança tem sido observada em diferentes contextos. Lidi et al. (2017), ao analisarem famílias da região de Benishangul Gumuz, na Etiópia, constataram que 68% dos lares que utilizavam instituições financeiras formais mantinham hábitos de poupança regulares. Esse resultado evidencia que quanto maior for a inserção financeira do indivíduo, maior será a propensão às práticas sustentáveis de gestão.

Complementarmente, Mori (2019) ao estudar a realidade da Tanzânia, mostrou que o impacto da educação financeira sobre o comportamento de poupança varia conforme o nível de escolaridade. Indivíduos com maior escolaridade tendem a perceber a poupança como um meio de acumular riqueza ou gerar rendimento via juros. Por outro lado, entre aqueles com baixa escolaridade, a poupança é vista apenas como um caminho para consumo futuro. Esse contraste evidencia que a profundidade da educação financeira influencia diretamente o modo como os indivíduos percebem e utilizam práticas financeiras.

Esses achados ganham relevância ainda maior quando analisados no contexto de cooperativas de crédito, onde os programas de educação financeira, quando bem estruturados, podem funcionar como catalisadores de uma transformação comportamental mais ampla. Ao disponibilizar informações claras sobre orçamento, controle de gastos, investimentos e crédito, essas iniciativas capacitam os cooperados a tomar decisões mais conscientes, fortalecendo sua autonomia financeira e aumentando suas chances de alcançar metas econômicas de médio e longo prazos.

Estudos como os de Fernandes et al. (2014) apontam que a participação em programas de educação financeira está positivamente associada à melhor capacidade de planejamento, menor propensão ao endividamento excessivo e maior autoconfiança nas decisões econômicas. Além disso, o conhecimento financeiro, se não for praticado, tende a perder força ao longo do tempo, reforçando a importância de práticas educativas contínuas, que atuem como reforço comportamental.

Nessa linha, Kaiser e Menkhoff (2017), ao analisarem 168 estudos empíricos, concluíram que os efeitos positivos da educação financeira são ainda mais evidentes em países em desenvolvimento, especialmente quando os programas são direcionados a públicos vulneráveis. No Brasil, Oliveira (2023) aponta que a educação financeira estimula não só o conhecimento, mas também a busca ativa por práticas e estratégias de gestão mais eficazes, particularmente em cooperativas e instituições financeiras populares.

A internalização do conhecimento financeiro, como destacam Shim et al. (2009), se dá com maior eficácia quando o aprendizado está associado a práticas repetidas e contextualizadas. Os autores argumentam que a capacidade financeira não é um estado permanente, mas um processo em construção, desenvolvido ao longo do tempo por meio da socialização financeira, da observação de pares e da vivência prática. Práticas como o acompanhamento de orçamentos, o controle de gastos e as decisões sobre crédito são, segundo os autores, mecanismos aplicados de aprendizagem que traduzem o conhecimento teórico em comportamento efetivo.

Assim, o que se observa é que a educação financeira atua como uma ponte entre saber e fazer. Quando vivenciada de forma estruturada, ela aprimora habilidades práticas, fortalece o senso de responsabilidade e contribui diretamente para o desenvolvimento da capacidade financeira. Em ambientes cooperativos, onde a educação financeira é um dos pilares da atuação institucional, essas práticas ganham ainda mais relevância, podendo impactar de forma significativa o dia a dia dos cooperados.

Com base nesse conjunto de evidências, tem-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H3: Existe uma relação positiva entre as práticas de educação financeira e a capacidade financeira dos cooperados.

2.3 O PAPEL INTERVENIENTE DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A alfabetização financeira tem papel central na formação de competências econômicas, pois fornece a base teórica necessária para que os indivíduos compreendam conceitos, produtos e decisões associadas à vida financeira. No entanto, é preciso que o conhecimento seja vivenciado, internalizado e praticado, emergindo assim, a necessidade das práticas de educação financeira como fator interveniente relevante.

Kühl et al. (2016) destacam que a alfabetização é um fator essencial na compreensão e desenvolvimento de habilidades financeiras dos cooperados. De forma complementar, Khan et al. (2022) argumentam que a alfabetização funciona como antecedente direto da capacidade financeira. Mas a literatura também aponta que essa relação não é automática, necessitando de elementos que atuem como um canal de ativação.

Nesse contexto, as práticas educacionais promovidas pelas cooperativas de crédito surgem como mediadores potenciais. Ao oferecer cursos, oficinas, materiais didáticos e momentos de orientação, as cooperativas criam ambientes de aprendizagem aplicada, onde o conteúdo teórico é traduzido em decisões e atitudes do cotidiano.

O estudo de Çera (2021) sustenta essa lógica, ao propor que o comportamento financeiro atua como mediador entre alfabetização e capacidade, ou seja, o conhecimento só se torna ação quando passa por um processo de prática e internalização. De forma similar, Mandell e Klein (2009) argumentam que não basta transmitir conteúdo, se faz necessário que o indivíduo vivencie e repita o aprendizado em diferentes situações, para que isso se transforme em hábito financeiro saudável.

No caso das cooperativas, esse aspecto se torna ainda mais relevante, por serem um campo fértil para o desenvolvimento de práticas educativas contextualizadas, com foco na realidade dos cooperados. Ao estimular a aplicação do conhecimento, essas práticas aumentam a chance de o cooperado transformar informação em ação estratégica no controle de gastos, no planejamento, no uso consciente do crédito ou na decisão de poupar.

Fernandes et al. (2014) reforçam esse ponto ao demonstrar que os efeitos desejados da alfabetização sobre o comportamento financeiro só se concretizam quando há práticas comportamentais associadas. Mais especificamente, o conhecimento é o primeiro passo, mas

sua aplicação depende de ferramentas educativas que estimulem a prática. A metanálise de Kaiser e Menkhoff (2017), que analisou 168 estudos, confirma que programas com foco comportamental, ou seja, que envolvem simulações, exercícios práticos e interações reais, são mais eficazes do que os baseados apenas em conteúdo teórico. Isso reforça a ideia de que as práticas educativas operam como mecanismos de mediação entre o saber e a ação.

Essa mesma ideia aparece no estudo de Xiao et al. (2009), ao afirmarem que os programas educativos funcionam como catalisadores da internalização prática do conhecimento. Os autores argumentam que a capacidade financeira não resulta unicamente da alfabetização, mas sim da ativação contínua desse saber por meio de experiências práticas. Além disso, Shim et al. (2009) propõem que atitudes e práticas funcionam como variáveis mediadoras entre o conhecimento e o comportamento financeiro efetivo, dando suporte ao modelo teórico de mediação adotado nesta pesquisa. Os mecanismos de acompanhamento de orçamento, decisões sobre crédito e simulações de planejamento são formas de socialização financeira, e ajudam a transformar conceitos em comportamentos reais.

Mori (2019) observa que o impacto da alfabetização sobre o comportamento de poupança é ampliado quando o indivíduo adota práticas consistentes, como o planejamento e a autodisciplina. Nessa perspectiva, o conhecimento precisa ser ativado por atitudes regulares e contextualmente apropriadas. Complementarmente, Robb e Sharpe (2009) reforçam que o uso indevido do crédito entre jovens pode ser mitigado quando há exposição a práticas educativas concretas. Sendo assim, novamente a prática aparece como vetor essencial da transformação comportamental.

Portanto, ao reunir essas evidências, é possível afirmar que as práticas de educação financeira promovidas pelas cooperativas não apenas complementam o processo de alfabetização, mas também funcionam como mediadoras na consolidação da capacidade financeira dos cooperados. Elas criam os meios pelos quais o conhecimento é internalizado, testado, ajustado e finalmente convertido em decisões mais conscientes.

Sendo assim, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H4: As práticas de educação financeira da cooperativa de crédito medeiam a relação entre alfabetização financeira e a capacidade financeira dos cooperados.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A população alvo da pesquisa é composta por mais de 250 mil cooperados de uma cooperativa de crédito que atua nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O estudo torna-se relevante considerando a crescente importância das cooperativas de crédito no Brasil, especialmente no Sul do país, no que tange ao desenvolvimento econômico e regional. Essas cooperativas desempenham um papel fundamental no financiamento de atividades agrícolas, o que contribui para o aumento da competitividade das empresas nacionais e o desenvolvimento social das comunidades (Jacques; Gonçalves, 2016; Oliveira, 2024).

A amostra da pesquisa é composta pelos cooperados que responderem ao instrumento de coleta de dados. A amostra é não probabilística. Após o processo de coleta de dados e tabulação das respostas, obteve-se uma amostra de 453 cooperados. A escolha da cooperativa foi feita com base na acessibilidade, o que está alinhado com a abordagem de pesquisa do tipo *survey*.

O instrumento de pesquisa está estruturado em quatro blocos. O primeiro bloco é dedicado ao perfil dos participantes, abordando questões como gênero, cor, ano de nascimento, escolaridade dos participantes e de seus pais, além de informações sobre a renda familiar. O segundo bloco trata da alfabetização financeira, o terceiro foca no conhecimento

financeiro, e o quarto bloco examina a capacidade financeira dos cooperados. Essa estrutura permitirá uma análise detalhada dos fatores que influenciam as atitudes e comportamentos financeiros dos cooperados, contribuindo para uma compreensão mais profunda da relação entre educação financeira e gestão de crédito no contexto cooperativo.

Com base na literatura anterior foi construído um instrumento de pesquisa com base nos objetivos da pesquisa. A Tabela 1 apresenta os constructos e as operacionalizações da pesquisa.

Tabela 1

Constructo da Pesquisa

Constructo	Variável	Mensuração	Autores
Alfabetização Financeira	Atitude Financeira	1 para Discordo Totalmente a 5 para	Potrich, Vieira e Kirch
	Comportamento	1 para Discordo Totalmente a 5 para	Potrich, Vieira e Kirch
	Conhecimento Financeiro	Teste com situações para elencar o nível de conhecimento na dimensão básica e avançada.	Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011)
Capacidade Financeira	Fazendo face às Planejando com Gerenciando Produtos Financeiro	1 para Discordo Totalmente a 5 para Concordo Totalmente.	National Financial Capability Study (NFCS) (2012)
Práticas de Educação Financeira	Redução de Risco Prática Financeira Visibilidade Externa Assessoria Financeira	1 para Discordo Totalmente a 5 para Concordo Totalmente.	Kühl, Valer e Gusmão (2016)

É importante destacar que a variável de conhecimento financeiro demanda por um tratamento de alinhamento entre a forma de construção coletada e a forma que esta deve ser inserida no modelo estrutural. Para tal, utilizou-se as construções de Van Rooij et al., (2011).

A estrutura de mensuração da capacidade financeira nesta pesquisa encontra respaldo na literatura internacional. Por exemplo, Kempson et al. (2006) desenvolveram uma metodologia pioneira para mensurar essa capacidade de forma prática, integrando comportamentos financeiros, atitudes e habilidades de planejamento. Essa base contribui para a validade dos instrumentos aplicados neste estudo. Em relação a mediação utilizou-se as recomendações de Baron e Kenny (1986).

A coleta de dados dar-se-á por meio de uma *survey*. O questionário é inserido na plataforma eletrônica dos formulários do Google (Google Forms) e enviado para os Gerentes de carteira desta cooperativa com a proposta de pedir apoio para divulgação dos instrumentos de pesquisa junto aos cooperados. O período de coleta ocorreu em 2024.

A análise dos Dados da pesquisa é feita por meio da Modelagem de Equações Estruturais (MEE) a partir do *software* Smart PLS®. Na sequência, para a aplicação da Modelagem de Equações Estruturais demanda-se de duas etapas: Modelo de Mensuração e Modelo Estrutural. Com base na avaliação dos caminhos diretos é possível tomar decisão em relação às hipóteses de pesquisas elencadas de H1 a H3.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados apresentados foram coletados e analisados a partir do que se determinou nos procedimentos metodológicos e, em conformidade com o objetivo proposto neste estudo. Neste contexto, a Tabela 2 apresenta o perfil dos respondentes da pesquisa.

Tabela 2
Perfil dos respondentes

Gênero		Freq.	%
Feminino		271	59,82%
Masculino		182	40,18%
Total		453	100,00%
Escolaridade		Freq.	%
Conclui o Ensino Fundamental		6	1,32%
Conclui o Ensino Médio		74	16,34%
Conclui o Ensino Superior – Nível especialização		196	43,27%
Conclui o Ensino Superior – Nível graduação		143	31,57%
Conclui o Ensino Superior – Nível stricto sensu		14	3,09%
Eu prefiro não revelar		4	0,88%
Não conclui o Ensino Fundamental		7	1,55%
Não conclui o Ensino Médio		9	1,98%
Total		453	100,00%
Área de Formação		Freq.	%
Administração		145	32,00%
Ciências Contábeis		82	18,10%
Economia		8	1,77%
Engenharia		24	5,30%
Outras		194	42,83%
Total		453	100,00%
Faixa de Renda		Freq.	%
Acima de 20 salários-mínimos		21	4,64%
Até 2 salários-mínimos		23	5,08%
De 10 a 20 salários-mínimos		100	22,08%
De 2 a 4 salários-mínimos		96	21,19%
De 4 a 10 salários-mínimos		206	45,47%
Eu prefiro não revelar		7	1,54%
Total		453	100,00%
Tenho aplicação Financeira		Freq.	%
Não		154	34,00%
Sim		299	66,00%
Total		453	100,00%
Costumo utilizar Empréstimo para custear Despesas Pessoais		Freq.	%
Não		271	59,82%
Sim		182	40,18%
Total		453	100,00%
Costumo utilizar limite de Cartão de Crédito		Freq.	%
Não		206	45,47%
Sim		247	54,53%
Total		453	100,00%

Os dados da Tabela 2 revelam o perfil dos respondentes e características relevantes da amostra. Em relação ao gênero, verifica-se um leve predomínio feminino (59,82%) em comparação ao masculino (40,18%). Esse fator pode influenciar os resultados, uma vez que estudos sugerem que o comportamento financeiro pode variar entre gêneros. No que se refere à escolaridade, a maioria dos participantes possui nível superior: 43,27% têm

especialização, 31,57% possuem graduação e 3,09% possuem titulação *stricto sensu*. Esse alto nível educacional pode impactar positivamente a alfabetização financeira e a tomada de decisões financeiras, devido à maior exposição ao conhecimento formal.

Em relação à área de formação e faixa de renda, destaca-se a predominância de profissionais das áreas de Administração (32%) e Ciências Contábeis (18,1%), enquanto os demais cursos representam 42,83% da amostra. No que tange à renda, 45,47% dos respondentes situam-se na faixa de 4 a 10 salários-mínimos, e apenas 4,64% recebem acima de 20 salários-mínimos. Conforme Mori (2019), o impacto da educação financeira varia conforme o nível educacional dos indivíduos. Isso reforça a necessidade de que as práticas educacionais em cooperativas considerem a heterogeneidade dos cooperados para serem efetivas.

Para a construção de evidências por meio da Modelagem de Equações Estruturais (MEE), dois critérios devem ser atendidos. O primeiro refere-se à avaliação do modelo de mensuração, etapa na qual se verifica se as medidas utilizadas satisfazem os constructos teóricos propostos e atendem aos pré-requisitos necessários para a continuidade da análise via MEE. O segundo critério consiste na análise do modelo de mensuração propriamente dito, permitindo a tomada de decisão quanto às hipóteses formuladas e ao modelo teórico subjacente à pesquisa (Ringle et al., 2014).

Nesse contexto, um dos primeiros elementos a serem avaliados é a validade convergente, medida por meio das variâncias médias extraídas (Average Variance Extracted – AVE). Conforme Ringle et al. (2014), a aplicação do critério de Fornell e Larcker exige que os valores de AVE sejam superiores a 0,50 ($AVE > 0,50$), indicando que o constructo captura mais de 50% da variância de seus indicadores. Essa métrica reforça a validade do modelo de mensuração, assegurando que os instrumentos utilizados são adequados para representar os conceitos teóricos investigados.

Além da validade convergente, a confiabilidade composta (CC) e a consistência interna, mensurada pelo alfa de Cronbach, são elementos essenciais na avaliação do modelo. O alfa de Cronbach tem sido amplamente utilizado em estudos que empregam MEE, especialmente na área contábil. Em pesquisas exploratórias, valores entre 0,60 e 0,70 são considerados aceitáveis (Ringle et al., 2014; Hair et al., 2014).

A confiabilidade composta e o alfa de Cronbach são fundamentais para garantir a robustez do modelo, pois indicam se os indicadores selecionados representam adequadamente os constructos propostos. Valores elevados dessas métricas reforçam a consistência do modelo de mensuração e a validade convergente, garantindo que os conceitos teóricos estão sendo efetivamente capturados pelos instrumentos de pesquisa.

A Tabela 3 apresenta os valores de avaliação do modelo de mensuração para as variáveis de primeira ordem, consolidando a análise estatística dos constructos investigados. Na Tabela 3 é possível observar, com base nos parâmetros estabelecidos para o modelo de mensuração que os limites apresentados por alguns constructos nesta pesquisa atendem aos pré-requisitos estabelecidos na literatura anterior. Isso significa que o conjunto de dados pode ser adequado para o uso da Modelagem de Equações Estruturais (MEE).

O alfa de *Cronbach*, a variância média extraída (AVE), a confiabilidade composta (CC) e os indicadores de validade e confiabilidade de alguns constructos atingiram os valores mínimos recomendados. Por exemplo, valores AVE acima de 0,50 indicam que o constructo capturou mais de 50% da variância dos indicadores, colaborando para com a validade convergente do constructo. Além disso, valores de CC e alfa de *Cronbach* acima de 0,70

indicam que os indicadores estão suficientemente correlacionados para mostrar o mesmo constructo de maneira adequada.

Tabela 3

Avaliação do modelo de mensuração

Variáveis de 1ª ordem	AC	rho_A	Confiabilidade composta	Variância Média Extraída (AVE)
Alfabetização Financeira				
Atitude	0,894	0,895	0,915	0,574
Conhecimento	0,753	0,766	0,889	0,801
Comportamento	0,971	0,973	0,974	0,617
Práticas de Educação Financeira				
Redução de Riscos	0,866	0,877	0,909	0,717
Visibilidade Externa	0,912	0,913	0,945	0,851
Prática Financeira	0,883	0,887	0,928	0,810
Assessoria Financeira	0,950	0,951	0,959	0,770
Capacidade Financeira				
Face às despesas	0,872	0,875	0,899	0,528
Planejamento Antecipado	0,907	0,908	0,926	0,643
Gerenciar Produtos Financeiros	0,737	0,737	0,835	0,559

Nota: AC = Alfa de Cronbach

No entanto, os resultados da Tabela 3 é fruto de um exame cuidadoso nas assertivas que buscaram sustentar cada constructo, este exame é amparado por Ringle et al. (2014) e Hair *et al.* (2014). Assim, foram excluídas as questões em função de em uma primeira análise terem respostas anormais (AFAF1, AFAF2, CFAF11, CFAF12, CFAF25, CFAF27, FDCAF9, GPCAF2, GPCAF5, GPCAF6). Em conformidade com a estrutura de constructo assumidos na investigação, a Tabela 4 apresenta a validação do modelo estrutural.

Tabela 4

Validação das variáveis do modelo estrutural

Variáveis do Modelo Estrutural	AC	rho_A	Confiabilidade composta	Variância Média Extraída (AVE)
Alfabetização Financeira	0.973	0.974	0.975	0.544
Práticas de Educação Financeira	0.974	0.975	0.977	0.710
Capacidade Financeira	0.944	0.945	0.950	0.500

Nota: AC = Alfa de Cronbach

A partir dos dados elencados na Tabela 4, é possível reconhecer que as variáveis que fazem parte da pesquisa satisfazem os pré-requisitos para a operacionalização de um modelo estrutural. Na continuidade da avaliação do modelo estrutural observa-se a validade discriminante deste. Para identificar tal medida, usa-se o critério de cargas cruzadas (Cross Loading) e o critério de Fornell e Larcker (1981), no qual, “compara-se as raízes quadradas dos valores das AVEs de cada constructo com as correlações (de Pearson) entre os constructos (ou variáveis latentes). As raízes quadradas das AVEs devem ser maiores que as correlações entre os dos constructos” (Ringle et al., 2014, p. 65).

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o critério de Fornell e Larcker (1981) uma vez que fornece um exame mais rigoroso da validade discriminante. A validade discriminante é fundamental para garantir que os constructos do modelo não sejam comparáveis uns com os outros. Este critério permite avaliar se cada constructo explica melhor a variância de seus próprios indicadores do que a variância compartilhada com outros constructos, comparando

as raízes quadradas das AVEs com as correlações entre os constructos. Na Tabela 5 demonstra-se o Critério de Fornell e Larcker para os constructos de primeira ordem.

Tabela 5

Critério de Fornell e Larcker – variáveis de primeira ordem

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 Assessoria Financeira	1,000									
2 Atitude Financeira	0,790	1,000								
3 Comportamento Financeiro	0,803	0,826	1,000							
4 Conhecimento Financeiro	0,636	0,818	0,698	1,000						
5 Face às despesas	0,799	0,886	0,849	0,870	1,000					
6 Gerenciar Produtos	0,842	0,865	0,860	0,839	1,057	1,000				
7 Planejamento Antecipado	0,731	0,802	0,877	0,794	0,803	0,858	1,000			
8 Prática Financeira	0,858	0,792	0,765	0,609	0,778	0,806	0,719	1,000		
9 Redução de Riscos	0,861	0,824	0,812	0,736	0,848	0,892	0,795	0,876	1,000	
10 Visibilidade Externa	0,871	0,775	0,778	0,612	0,783	0,821	0,707	0,859	0,869	1,000

A partir da Tabela 5 observa-se que os constructos de primeira ordem elencados atendem ao critério de Fornell e Larcker. A análise do Critério de Fornell e Larcker evidencia a correlação entre as variáveis de primeira ordem do modelo, destacando-se uma forte relação entre variáveis como Face às Despesas e Gerenciar Produtos Financeiros (0,849 e 1,057), indicando uma alta consistência interna entre essas dimensões no contexto da gestão financeira.

As correlações entre Atitude Financeira, Comportamento Financeiro e Face às Despesas também são elevadas (0,826 e 0,886), sugerindo que atitudes e comportamentos impactam diretamente a forma como os indivíduos gerenciam suas despesas. Além disso, a alta correlação entre Redução de Riscos e outras variáveis, como Prática Financeira (0,876) e Visibilidade Externa (0,869), aponta para uma associação entre a prudência financeira e a forma como se percebe e adota práticas financeiras. Essa forte inter-relação entre variáveis sugere uma estrutura coesa, onde diferentes aspectos da gestão financeira estão alinhados, reforçando a confiabilidade das variáveis no modelo.

Adicionalmente, observou-se nos resultados um intervalo de VIF (*Variance Inflation Factor*) entre 1,381 e 4,453, sugerindo que não há problemas graves de multicolinearidade, mas também é importante interpretar esses valores dentro do contexto do modelo e das variáveis analisadas. Hair *et al.* (2014) afirmam que, para que um modelo de equação estrutural tenha resultados confiáveis, é preferível que o VIF de uma variável seja menor que 5. Se o VIF de uma variável for superior a 5, isso pode indicar que a variável está fortemente

correlacionada com outras variáveis independentes, o que pode prejudicar a interpretação dos coeficientes.

A Tabela 6 mostra a estatística descritiva dos constructos de primeira ordem.

Tabela 6

Estatística descritiva das variáveis dos modelos de mensuração e estrutural

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Alfabetização Financeira	3,402	3,727	0,911	1,212	5,091
Atitude Financeira	2,987	3,000	0,860	1,000	4,750
Conhecimento Financeiro	3,472	3,913	0,960	1,217	5,000
Comportamento Financeiro	4,263	4,500	1,734	0,000	8,000
Capacidade Financeira	2,988	2,895	0,930	1,158	5,000
Face às Despesas	2,882	2,750	0,882	1,125	5,000
Gerenciar Produtos Financeiros	3,034	3,000	1,055	1,000	5,000
Planejamento Antecipado	3,083	3,286	1,132	1,000	5,000
Práticas de Educação Financeira	3,368	3,647	1,077	1,177	5,000
Redução de Riscos	3,270	3,500	1,086	1,000	5,000
Visibilidade Externa	3,364	3,667	1,120	1,000	5,000
Prática Financeira	3,408	3,667	1,239	1,000	5,000
Assessoria Financeira	3,408	3,714	1,090	1,000	5,000

A Tabela 6 revela a estatística descritiva das variáveis centrais nos modelos de mensuração e estrutural, evidenciando uma variação considerável entre elas. A variável Comportamento Financeiro apresenta a maior média (4,263) e desvio padrão (1,734), indicando uma prática financeira mais elevada entre os participantes, mas também uma alta dispersão nas respostas, sugerindo perfis diversos em termos de comportamentos financeiros. Por outro lado, variáveis como Capacidade Financeira (média de 2,988) e Atitude Financeira (2,987) têm médias mais baixas, refletindo uma menor segurança ou engajamento nessas dimensões. A dispersão é mais contida para variáveis como Face às Despesas e Alfabetização Financeira, que mostram menor variabilidade, sugerindo uma percepção mais homogênea nesses aspectos entre os respondentes. Na Tabela 7 é evidenciado o critério de validade discriminante para as variáveis da pesquisa.

Tabela 7

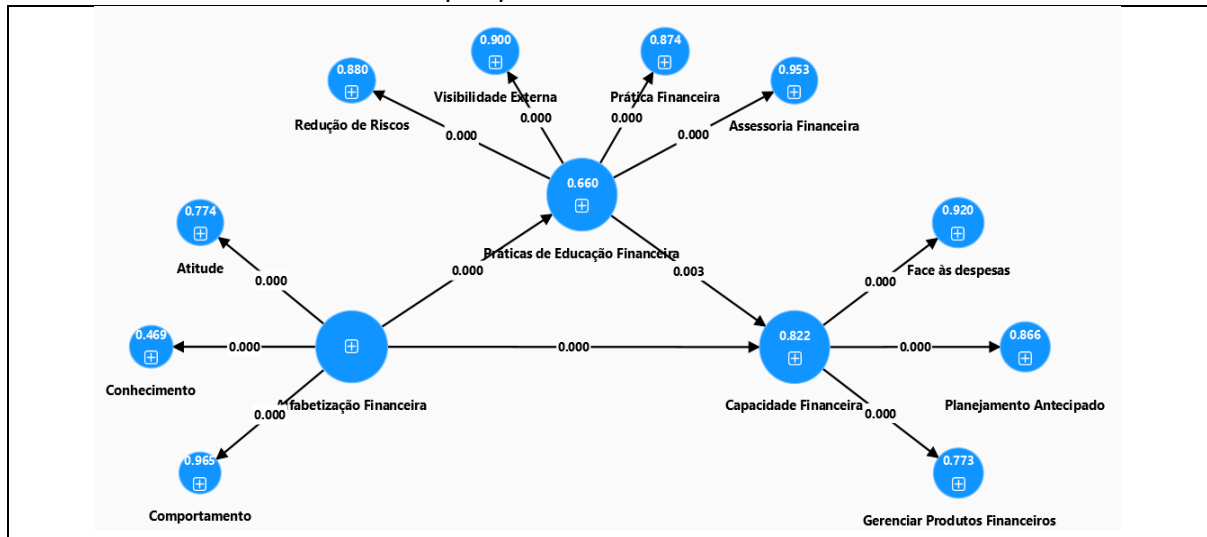
Critério de Fornell e Larcker - variáveis do modelo estrutural

Modelo estrutural	Alfabetização Financeira	Capacidade Financeira	Práticas de Educação Financeira
Alfabetização Financeira	1,000		
Capacidade Financeira	0,828	1,000	
Práticas de Educação Financeira	0,834	0,815	1,000

A conclusão da validação do modelo ocorre após a realização de uma análise dos componentes que constituem a validade discriminante, conforme aponta Ringle et al. (2014). Assim, é possível fazer previsões sobre os diferentes efeitos das práticas de educação financeira na relação entre alfabetização e a capacidade financeira dos cooperados. Com isso, após a observação do modelo de mensuração apresenta-se evidências de que o modelo sugerido, que usa a técnica de *bootstrapping*, é adequado para análise estrutural (Hair et al., 2014). Assim, o desenho do modelo estrutural, que inclui os coeficientes do sistema fora da operacionalidade do SmartPLS®, é apresentado na Figura 1.

Figura 1

Desenho do modelo estrutural da pesquisa



A Figura 1 apresenta o Modelo estrutural com o resultado da significância da relação entre as variáveis. Neste é possível observar como as variáveis do modelo estrutural se comportam e suas respectivas significâncias. Assim, a variável alfabetização financeira influencia as práticas de educação financeira e a capacidade financeira dos cooperados. Além disso, as práticas de educação financeira influenciam a capacidade financeira desses indivíduos que participam da pesquisa.

Esses achados (coef. = 0,116; $p = 0,003$) estão em consonância com a pesquisa de Çera (2021), que identificou o comportamento financeiro como mediador entre conhecimento e capacidade. Assim como neste estudo, a evidência empírica aponta que práticas educativas funcionam como catalisadores, convertendo o saber em decisões financeiras mais eficazes.

Ariffin, Sulong e Abdullah (2017) aponta que o grau de educação financeira dos alunos afeta o seu comportamento de poupança. Assim, há um alinhamento com os resultados desta pesquisa. Além disso, ao longo das hipóteses será possível identificar um cotejamento ampliado a respeito dessas significâncias postas na Figura 1.

A Figura 2 ilustra o modelo estrutural, destacando o valor de R^2 , que quantifica a força da relação entre as variáveis analisadas. Esse valor de R^2 é crucial para entender a proporção da variabilidade das variáveis dependentes explicada pelas variáveis independentes no modelo. Em termos simples, ele indica a quantidade de variação na variável dependente que pode ser atribuída ao modelo, ou seja, quanto das flutuações observadas nos dados são explicadas pelas variáveis do estudo.

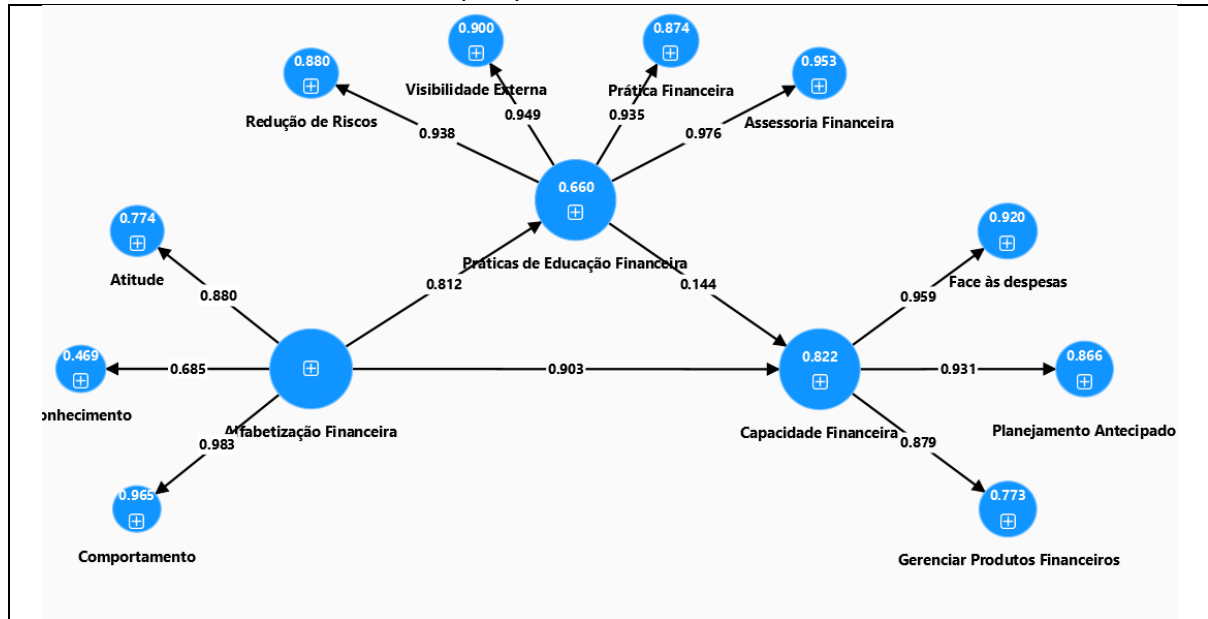
A partir da Figura 2, é possível observar o nível de explicação assumido por cada variável da pesquisa. A capacidade financeira, enquanto constructo dos cooperados, apresenta maior influência da alfabetização financeira (R^2 0,822), ao passo que às práticas de educação financeira ocupam um segundo plano, com R^2 0,660. Com isso, acredita-se que a educação financeira tem um impacto mais relevante na construção da capacidade financeira dos cooperados, contribuindo para cerca de 82,2% da variação nesse aspecto. Por outro lado, as ações de educação financeira, apesar de ainda importantes, têm uma influência reduzida, representando 66% da variação na capacidade financeira.³

A associação identificada na Figura 2 indica que, embora programas de educação financeira sejam relevantes, é o grau de alfabetização financeira dos cooperados que desempenha um papel crucial no aprimoramento de sua capacidade financeira. Isso destaca

a importância de investir em programas que aprofundem o conhecimento e a compreensão financeira de forma mais aprofundada e prática.

Figura 2

Desenho do modelo estrutural da pesquisa com R²



Na Tabela 8 apresenta-se as relações diretas do modelo estrutural da pesquisa. Com a apresentação destas relações é possível tomar decisão em relação às hipóteses de pesquisa.

Tabela 8

Modelo estrutural com efeito mediador das práticas de educação financeira

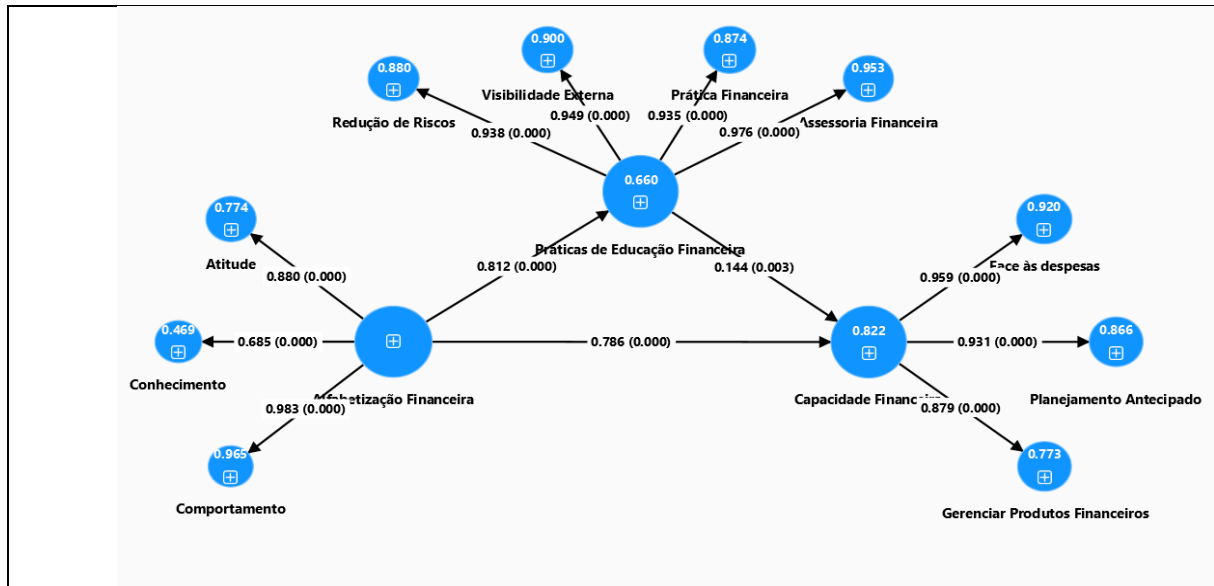
Modelo Estrutural	Coefficiente Estrutural	Erro Padrão	Valor-t	Valor-p
Alfabetização Financeira -> Capacidade Financeira	0,786	0,001	770,268	0,000*
Alfabetização Financeira -> Práticas de Educação Financeira	0,812	0,020	40,291	0,000*
Práticas de Educação Financeira -> Capacidade Financeira	0,144	0,049	2,967	0,003*
Alfabetização Financeira -> Práticas de Educação Financeira -> Capacidade Financeira	0,116	0,039	3,002	0,003*

*Significância ao nível de 95%

Além da Tabela 8, soma-se a esta a Figura 3, a qual demonstra a dimensão de cada um dos constructos explorados na pesquisa. A partir do alinhamento entre a Tabela 8 e a Figura 3 será possível tomar decisão em relação às hipóteses de pesquisa.

Com base nos dados apresentados na Tabela 8, aceita-se a Hipótese 1 (coeficiente = 0,786; valor-p = 0,000), que postula a existência de uma relação positiva entre alfabetização financeira e capacidade financeira. Os resultados corroboram com Lusardi e Mitchell (2011), que evidenciam que mesmo níveis básicos de alfabetização já estão associados a melhor planejamento financeiro, menor endividamento e maior propensão à poupança. Além disso, observou-se que cooperados com maior escolaridade apresentaram níveis mais elevados de capacidade financeira, o que está alinhado com Xiao et al. (2014), que identificaram correlação positiva entre educação formal e comportamento financeiro prudente.

Figura 3
Desenho estrutural



Os resultados sugerem que, quanto maior o nível de alfabetização financeira de um indivíduo, maior é sua capacidade de tomar decisões financeiras informadas e eficazes. Essa evidência contrasta com os achados de Atkinson e Messy (2012), que relataram uma desconexão entre alfabetização financeira e práticas financeiras. Por outro lado, os resultados corroboram as descobertas de Ariffin et al. (2017), que destacam o impacto da educação financeira no comportamento de poupança dos alunos. O estudo aponta que fatores sociais, como interação com pais e influência dos colegas, desempenham papel fundamental no desenvolvimento de hábitos financeiros. A alfabetização financeira, portanto, fortalece essa tendência, evidenciando o impacto do contexto social e familiar nas escolhas financeiras.

Kim e Hanna (2017) analisaram o impacto das estratégias de autocontrole no comportamento de poupança e constataram que famílias que estabelecem regras claras para economizar têm três vezes mais chances de poupar em comparação àquelas que não possuem tais normas. No entanto, os autores ressaltam que a dificuldade não reside apenas na definição dessas regras, mas também na manutenção do compromisso com elas ao longo do tempo. Esses achados são relevantes, pois o impacto da alfabetização financeira na capacidade financeira dos cooperados está diretamente ligado ao desenvolvimento de habilidades comportamentais, como disciplina e planejamento financeiro.

Os resultados deste estudo estão alinhados com os achados de Khan et al. (2022), que identificaram uma influência positiva da alfabetização financeira na capacidade financeira dos indivíduos espanhóis. Assim, este estudo amplia essa compreensão ao evidenciar a mesma relação no contexto brasileiro, especificamente em cooperativas de crédito no Sul do país. Ademais, os achados reforçam que a alfabetização financeira não só aprimora o conhecimento financeiro, mas também tem impacto direto na capacidade financeira dos cooperados, ampliando a compreensão desse fenômeno em diferentes contextos culturais e econômicos.

Em relação à pesquisa de Oliveira (2023), este estudo representa um avanço ao confirmar que a alfabetização financeira impacta diretamente a capacidade financeira dos cooperados. Isso sugere a necessidade de criar espaços para o diálogo e a troca de conhecimento, fortalecendo a saúde financeira dos indivíduos e promovendo um desenvolvimento financeiro mais sustentável dentro das cooperativas.

Na prática, os resultados indicam que indivíduos com maior alfabetização financeira possuem maior capacidade de planejamento, poupança e investimento eficientes. Isso os torna mais aptos a evitar endividamento excessivo, escolher produtos financeiros adequados e planejar o futuro com maior segurança. A alfabetização financeira, portanto, funciona como uma ferramenta de empoderamento econômico, promovendo maior independência na gestão das finanças pessoais e coletivas dentro das cooperativas.

Adicionalmente, a alfabetização financeira coletiva pode gerar um efeito multiplicador. Cooperados bem-informados tomam decisões financeiras mais estruturadas e eficazes, o que pode beneficiar a gestão dos recursos coletivos da cooperativa. Dessa forma, há um incentivo ao engajamento nas decisões coletivas, tornando a administração financeira da cooperativa mais transparente e responsável.

Os achados também confirmam a Hipótese 2 (coeficiente = 0,812; valor-p = 0,000), que propõe uma relação positiva entre alfabetização financeira e práticas de educação financeira. A educação financeira eficaz não apenas aprimora a capacidade financeira individual, mas também fortalece o capital financeiro coletivo dentro das cooperativas, conforme argumentam Greatti e Sela (2021) e Lusardi e Mitchell (2014). Os achados indicam que programas de educação financeira têm um papel essencial na redução de riscos e no fortalecimento das práticas financeiras dos cooperados, resultando em maior segurança e resiliência financeira. Os efeitos observados também se alinham ao que propõem Kaiser e Menkhoff (2017), ao destacarem que os impactos da educação financeira são mais expressivos quando programas são práticos, aplicados e adaptados ao contexto dos participantes, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil.

A Hipótese 3 (coeficiente = 0,144; valor-p = 0,003) também é aceita, indicando que as práticas de educação financeira impactam positivamente a capacidade financeira dos cooperados. Esse resultado corrobora os estudos de Robb e Sharpe (2009) e Mori (2019), que demonstram como o conhecimento financeiro influencia o uso consciente do crédito e os hábitos de poupança sustentáveis. Ainda no caso da poupança, Mori (2019) destaca que os efeitos da alfabetização sobre a decisão de poupar são amplificados quando há práticas comportamentais consistentes, como o planejamento e a autodisciplina. Tais achados reforçam que a prática educativa atua como elemento transformador entre o saber e o fazer.

Por fim, os resultados indicam que as práticas de educação financeira desempenham um papel mediador na relação entre alfabetização financeira e capacidade financeira (coeficiente = 0,116; valor-p = 0,003), confirmando a Hipótese 4. Isso sugere que apenas a alfabetização financeira, sem aplicação prática, não é suficiente para melhorar significativamente a capacidade financeira dos cooperados. Práticas concretas, como oficinas e simulações financeiras, são fundamentais para converter o conhecimento em hábitos financeiros positivos.

Essa constatação está em linha com os argumentos de Fernandes et al. (2014), que defendem que o conhecimento financeiro se dissipa com o tempo se não for praticado, e que há necessidade de práticas estruturadas para consolidar efeitos comportamentais duradouros. Da mesma forma, os achados de Mandell e Klein (2009) apontam que a alfabetização tem impacto real quando acompanhada de ações educativas consistentes, o que converge com a mediação significativa observada neste estudo.

A presença de comportamento de crédito potencialmente nocivo entre parte dos cooperados reforça os alertas feitos por Robb e Sharpe (2009) sobre o risco do endividamento quando o conhecimento não é internalizado por meio de práticas regulares. Mori (2019) acrescenta que, em contextos de baixa escolaridade, os conteúdos precisam ser traduzidos

para realidades locais, ou seja, o efeito da mediação das práticas também depende da adequação sociocultural das ações educativas.

De forma geral, os resultados desta pesquisa convergem com parte expressiva da literatura internacional e nacional, reforçando a compreensão de que a alfabetização financeira, embora necessária, não é suficiente. O impacto pleno sobre a capacidade financeira dos indivíduos ocorre quando o conhecimento é internalizado por meio de práticas estruturadas, reforçado por experiências reais e contextualizado às necessidades do público-alvo. Os achados deste estudo, portanto, não apenas confirmam as hipóteses formuladas, como também ampliam o entendimento sobre o papel mediador da educação financeira aplicada, especialmente no contexto de cooperativas de crédito no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa avaliou o efeito mediador das práticas de educação financeira na relação entre alfabetização financeira e capacidade financeira de cooperados de uma cooperativa de crédito, utilizando uma abordagem quantitativa por meio de *survey* e Modelagem de Equações Estruturais. Os resultados indicam que a alfabetização financeira impacta positivamente a capacidade financeira dos cooperados, efeito que é intermediado pelas práticas de educação financeira. Esses achados reforçam pesquisas anteriores que relacionam a educação financeira ao aprimoramento da gestão financeira e poupança.

A análise do modelo estrutural revelou que a capacidade financeira dos cooperados é fortemente influenciada pela alfabetização financeira. Isso sugere que maior conhecimento financeiro aprimora a habilidade de gerir finanças de forma consciente e eficiente. Além disso, a pesquisa validou os constructos teóricos relacionados às práticas de educação financeira, alfabetização financeira e capacidade financeira dos cooperados, contribuindo metodologicamente para novas investigações no campo.

No aspecto teórico-prático, o estudo demonstra que a relação positiva entre alfabetização financeira e capacidade financeira incentiva o desenvolvimento de iniciativas voltadas à educação financeira dentro das cooperativas de crédito. Ao investir em programas educativos, essas instituições podem promover maior estabilidade econômica e financeira entre seus cooperados, fortalecendo a comunidade em que estão inseridas.

A pesquisa também avança ao destacar o papel mediador das práticas de educação financeira na relação entre alfabetização e capacidade financeira. A partir disso, sugere-se que novas variáveis intervenientes possam ser exploradas, ampliando o escopo de estudos sobre cooperativas de crédito no Brasil e fortalecendo a área de pesquisa em contabilidade. Os resultados também reforçam o papel das cooperativas de crédito como agentes difusores de educação financeira prática, ampliando a capacidade dos cooperados de tomar decisões financeiras sustentáveis.

Além disso, os programas de educação financeira devem considerar as especificidades demográficas de seus públicos-alvo, uma vez que diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade demonstram capacidades financeiras distintas. Os resultados sustentam essa perspectiva ao demonstrar que práticas educacionais mais acessíveis podem ampliar o alcance e a efetividade das políticas educacionais nas cooperativas de crédito.

É possível observar que o desenvolvimento da capacidade financeira exige mais do que informação, requer oportunidades práticas de aprendizado, confiança para tomar decisões e apoio contínuo por meio de programas educacionais. Assim, as cooperativas de crédito devem promover ações que articulem conteúdo teórico com situações reais de tomada de decisão financeira. Para gerar mudanças de comportamento, especialmente no uso consciente de

crédito e nas decisões de poupança, é essencial que as cooperativas desenvolvam práticas educativas imersivas, contextualizadas e aplicadas à realidade dos cooperados.

O conhecimento financeiro individual pode funcionar como uma proteção contra o uso excessivo do crédito e contra decisões financeiras impulsivas. Portanto, as cooperativas devem fomentar programas que combinem formação técnica com intervenções comportamentais, reforçando atitudes de consumo responsável.

Recomenda-se que as instituições financeiras e formuladores de políticas direcionem seus esforços não apenas para a transmissão de conteúdo, mas para a promoção de hábitos, atitudes e comportamentos financeiros. Em contextos com menor escolaridade formal, como em parte da população cooperada analisada neste estudo, a educação deve ir além da teoria e incluir estratégias de engajamento, exemplos práticos e orientação contextualizada.

Sugere-se que cooperativas de crédito e demais instituições devem investir em ações educativas que envolvam o cooperado de forma ativa, como oficinas, jogos de finanças, simuladores e aconselhamento financeiro, a fim de consolidar comportamentos financeiros positivos no longo prazo. Portanto, as políticas de educação financeira devem ultrapassar a mera transmissão de conceitos e incorporar estratégias comportamentais, como simuladores, aconselhamento prático, *feedback* contínuo e acompanhamento de decisões. Essa abordagem pode ser especialmente eficaz em ambientes como as cooperativas de crédito, que já possuem relacionamento direto com os cooperados.

Apesar do rigor metodológico, algumas limitações foram identificadas. O recorte geográfico restringe a generalização dos achados, indicando a necessidade de replicação do estudo em outras regiões do Brasil para possibilitar comparações mais amplas. Além disso, futuras pesquisas podem explorar diferentes variáveis mediadoras, aprofundando o entendimento sobre a relação entre educação financeira e gestão financeira dos cooperados.

Por fim, a investigação destaca a importância da alfabetização financeira e das políticas institucionais que impactam seu desenvolvimento. Mudanças econômicas e políticas podem influenciar o funcionamento das cooperativas e a adoção de práticas de educação financeira. Dessa forma, pesquisas futuras devem analisar esses efeitos em diferentes contextos nacionais, fortalecendo o campo disciplinar e sua relevância tanto para acadêmicos quanto para gestores de cooperativas de crédito.

REFERÊNCIAS

Ariffin, M. R., Sulong, Z., & Abdullah, A. (2017). Students' perception towards financial literacy and saving behavior. *World Applied Sciences Journal*, 35(10), 2194–2201. <https://doi.org/10.5829/idosi.wasj.2017.2194.2201>.

Atkinson, A., & Messy, F.-A. (2012). *Measuring financial literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study* (Working Paper No. 15). OECD Publishing. <https://www.oecd.org/finance/financial-education/49319977.pdf>.

Atkinson, R., Crawford, L., & Ward, S. (2006). Fundamental uncertainties in projects and the scope of project management. *International Journal of Project Management*, 24(8), 687–698. <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2006.09.011>.

Banco Central do Brasil. (2018). *Relatório da cidadania financeira*. <https://www.bcb.gov.br/Nor/relcidfin/index.html>.

Banco Central do Brasil. (2024, maio 26). *BC regula atuação em educação financeira do setor financeiro*. <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/770/noticia>.

Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, *51*(6), 1173–1182. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.51.6.1173>.

Çera, G. (2021). Improving financial capability: The mediating role of financial behaviour. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, *34*(1), 1265–1282. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2020.1820362>.

Fernandes, D., Lynch Jr, J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. *Management Science*, *60*(8), 1861–1883. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849>.

Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, *18*(1), 39–50. <https://doi.org/10.1177/002224378101800104>.

Gerardi, K., Goette, L., & Meier, S. (2010). Financial literacy and subprime mortgage delinquency: Evidence from a survey matched to administrative data. *Federal Reserve Bank of Atlanta Working Paper Series*, 2010–10. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1600905>.

Greatti, L., & Sela, V. M. (2021). Atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, *40*(3), 21–37. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i3.52027>.

Hair Jr, J. F., Da Silva Gabriel, M. L., & Patel, V. K. (2014). Modelagem de Equações Estruturais Baseada em Covariância (CB-SEM) com o AMOS: Orientações sobre a sua aplicação como uma Ferramenta de Pesquisa de Marketing. *REMark - Revista Brasileira de Marketing*, *13*(2), 44–55. <https://doi.org/10.5585/remark.v13i2.2718>.

Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, *44*(2), 296–316. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>.

Jacques, E. R., & Gonçalves, F. de O. (2016). Cooperativas de crédito no Brasil: Evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. *Economia e Sociedade*, *25*(2), 489–509. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2016v25n2art8>.

Johnson, E., & Sherraden, M. S. (2007). From financial literacy to financial capability among youth. *Journal of Sociology & Social Welfare*, *34*(3), 119–146.

Kaiser, T., & Menkhoff, L. (2017). Does financial education impact financial behavior, and if so, when? *World Bank Economic Review*, *31*(3), 611–630. <https://doi.org/10.1093/wber/lhx018>.



- Khan, K. A., Çera, G., & Pinto Alves, S. R. (2022). Financial capability as a function of financial literacy, financial advice, and financial satisfaction. *E & M Ekonomie a Management*, 25(1), 143–160. <https://doi.org/10.15240/tul/001/2022-1-009>.
- Kim, G. J., & Hanna, S. D. (2017). Do self-control measures affect saving behavior? *Journal of Family and Economic Issues*. <https://doi.org/10.1007/s10834-017-9542-5>.
- Kempson, E., Atkinson, A., & Pilley, O. (2004). *Policy level response to financial exclusion in developed economies: Lessons for developing countries*. The World Bank. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-3513>.
- Kühl, M. R., Valer, T., & Gusmão, I. B. (2016). Alfabetização financeira: Evidências e percepções em uma cooperativa de crédito. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 11(2), 53–80. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v11i2.13379.
- Lidi, B. Y., Bedemo, A., & Belina, M. (2017). Determinants of saving behavior of households in Ethiopia: The case Benishangul Gumuz Regional State. *Journal of Economics and Sustainable Development*, 8(13), 27–37. <https://core.ac.uk/download/pdf/234647915.pdf>.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). Financial literacy and retirement planning in the United States. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4), 509–525. <https://doi.org/10.1017/S147474721100045X>.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1), 5–44. <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>.
- Mandell, L., & Klein, L. S. (2009). The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 20(1), 15–24.
- Mori, N. (2019). Determinants of individual savings among Tanzanians. *Review of Behavioral Finance*, 11(3), 352–370. <https://doi.org/10.1108/RBF-05-2018-0045>.
- National Financial Capability Study (NFCS). (2013). *Financial capability in the United States: Report of findings from the 2012 National Financial Capability Study*. FINRA Investor Education Foundation. https://www.usfinancialcapability.org/downloads/NFCS_2012_Report_Natl_Findings.pdf.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2005). *Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness: Recommendation of the council*. <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>.
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2014). Determinantes da alfabetização financeira: Proposição de um modelo e análise da influência das variáveis socioeconômicas e demográficas. *Anais do Encontro da ANPAD – EnANPAD*, 38, Rio de Janeiro/RJ.

- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2015). Determinantes da alfabetização financeira: Análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 362–377. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501040>.
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2016). Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. *Revista BASE (Administração e Contabilidade) da Unisinos*, 13(2), 153–170. <https://doi.org/10.4013/base.2016.132.06>.
- Ringle, C. M., da Silva, D., & de Souza Bido, D. (2014). Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. *REMark - Revista Brasileira de Marketing*, 13(2), 56–73. <https://doi.org/10.5585/remark.v13i2.2717>.
- Robb, C. A., & Sharpe, D. L. (2009). Effect of personal financial knowledge on college students' credit card behavior. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 20(1), 25–37.
- Shim, S., Barber, B. L., Card, N. A., Xiao, J. J., & Serido, J. (2009). Financial socialization of first-year college students. *Journal of Youth and Adolescence*, 39(12), 1457–1470. <https://doi.org/10.1007/s10964-009-9432-x>.
- Silva, R. S. (2023). *Aprimorando a gestão financeira pessoal: Como a educação financeira beneficia o planejamento financeiro pessoal* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
- Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito (SNCC). (2023). *Crescimento das cooperativas de crédito*. Banco Central do Brasil. https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boxe_relatorio_de_economia_bancaria/boxe_6_crescimento_cooperativas.pdf.
- Xiao, J. J., Chen, C., & Sun, L. (2014). Age differences in consumer financial capability. *International Journal of Consumer Studies*, 38(4), 356–364. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12100>.
- Xiao, J. J., & O'Neill, B. (2016). Consumer financial education and financial capability. *International Journal of Consumer Studies*, 40(6), 712–721. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12285>.
- Xiao, J. J., Tang, C., & Shim, S. (2009). Acting for happiness: Financial behavior and life satisfaction of college students. *Social Indicators Research*, 92(1), 53–68. <https://doi.org/10.1007/s11205-008-9288-6>.
- Zelege, A. T., & Endris, A. K. (2019). Household saving behavior and determinants of savings in financial institutions: The case of Derra District, Oromia Region, Ethiopia. *Research Journal of Finance and Accounting*, 10(23), 20–31. <https://doi.org/10.7176/RJFA/10-23-03>.